DEPOIMENTO ESPECIAL:

uma alternativa para a inquirição de adolescentes vítimas de abuso sexual

Ianca Campos Rodrigues¹

Renato Costa²

RESUMO

O depoimento especial como uma alternativa para a inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é de suma importância, devido os traumas deixados em decorrência da violência sofrida. Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar a problemática do abuso sexual, por meio de pesquisa sobre os conceitos e circunstâncias na qual ocorre a violação sexual, como também os principais crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Ainda, o estudo tratou de abordar acerca dos procedimentos adotados pelo processo penal para a produção de provas, a fim de comprovar a ocorrência desses crimes, e sobre a evolução da forma de inquirição das vítimas, visto que antes da criação da lei nº 13.431/17, que trata do instituto do depoimento especial, a questão foi abordada de forma mais sensível quando um juiz de Porto Alegre criou o projeto do depoimento sem danos, anos antes da criação da lei específica. Para atingir o objetivo utilizou-se como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica e documental. Concluiu-se que o depoimento especial é uma excelente alternativa para a escuta de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, devido às lembranças deixadas pela violação e o sofrimento pela qual passavam ao relembrar do ocorrido todas as vezes que tinham de contar novamente durante sua escuta.

Palavras chave: Crianças. Adolescentes. Abuso sexual. Depoimento.

1 INTRODUÇÃO

Existem várias situações trágicas que crianças e adolescentes podem ser arroladas como vítimas, no entanto, trouxemos ao trabalho o abuso sexual, que é um crime frequente na esfera intrafamiliar e se desdobra em outros atos. Atenta diretamente contra a dignidade dessas pessoas em formação e pode acarretar traumas carregados pelo resto da vida.

Encontramos o abuso sexual como uma derivação da violência familiar, visto que é um fenômeno que incide na sociedade com raízes históricas. Além do mais, o

¹ Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Ipatinga.

² Especialização em direito público pela Universidade Presidente Antônio Carlos, Brasil 2008). Professor da Faculdade de Direito de Ipatinga, Brasil.

crime não atinge apenas uma classe social, pois ele ocorre em diferentes âmbitos sociais, e, assim, começamos a abordagem do problema no primeiro capítulo.

Como decorrência do abuso sexual contra crianças e adolescentes, salientamos os danos emocionais-psicológicos carregados pelos mesmos. A vulnerabilidade dos infanto-juvenis não é apenas de ordem física, como são pessoas em formação, esse tipo de agressão afeta seriamente seu estado psíquico, uma vez que, em alguns casos, o trauma decorrente não é superado, e isso pode refletir em seu comportamento quando adulto.

Ainda, tratamos de abordar no primeiro capítulo, sobre o quantitativo de denúncias que atentam contra os direitos humanos de crianças e adolescentes divulgados pelo Disque 100. Segundo os dados informados pelo levantamento, a maioria dos casos são cometidos contra pessoas do sexo feminino, e os abusos ocorrem dentro de casa.

Quanto aos crimes sexuais mais cometidos contra as pessoas a que nos referimos no estudo, a Secretária de Vigilância em Saúde fez o levantamento, e, conforme a publicação de junho de 2018 consta como mais cometidos, os crimes de assédio sexual, estupro, pornografia infantil, exploração sexual, entre outros não especificados.

O trabalho abordou a produção de provas nos crimes contra a dignidade sexual, voltado para as vítimas infanto-juvenis. Ainda, foi tratado de maneira superficial o princípio do devido processo legal tendo em vista sua importância para o processo, como também o valor da prova para a formação da convicção do juiz no julgamento.

Posteriormente, consideramos a produção de algumas provas. Em específico, a elaborada por meio da perícia - considerando a importância dos vestígios que podem ser deixados após a prática do delito- e seus desdobramentos nos documentos médicos transcritos em laudos e relatórios, cuja relevância se mostra ao detalhar o que foi encontrado na perícia.

No mais, a produção de outra prova, a por meio do testemunho, é de grande valia para o trabalho, devido ao fato de ser relacionado a alguém que presenciou o crime cometido. Neste ponto, trouxemos a palavra da criança como testemunha e vislumbramos a desconsideração que alguns têm com a mesma, por relacioná-la à sua criatividade para imaginar fatos que não ocorreram. Todavia, como a criança pode ser a única que viu a ocorrência de um crime acontecer e devido sua pessoa

portar a dignidade da pessoa humana como qualquer outra, desconstruímos o tratamento inadequado dado ao seu testemunho.

Outro aspecto considerado na produção da prova, foi a inquirição de crianças e adolescentes nos crimes sexuais. Muitas vezes, os pequenos não sabem o que está acontecendo e são ameaçados de algum modo para não contar ao responsável ou pessoa diversa a violência que sofreu. Mas ao descobrir, o fato é levado ao conhecimento da autoridade competente e daí começa a tortura psicológica dessas pessoas.

Antes da criação da lei nº 13.431/17 - que aborda o instituto do depoimento especial -, ou mesmo do projeto Depoimento sem Dano -, as crianças e os adolescentes eram massacradas psicologicamente ao reviver os fatos da violência sexual sofrida, todas as vezes que eram indagados sobre perguntas acerca do acontecimento do crime.

Consoante a ocorrência desses fatos, o trabalho foi elaborado a fim de pesquisar sobre o depoimento especial, que é uma forma de inquirir as vítimas (crianças e adolescentes) de crimes contra a dignidade sexual de forma tranquila, em um ambiente personalizado e equipado com câmeras e áudio para que a prova seja produzida de uma só vez e, assim, guardada para ser usada em momento posterior sem que tenha que inquirir as vítimas novamente, a respeito dos mesmos fatos traumáticos e dolorosos.

Nesse sentido, para a realização do trabalho, utilizou-se a metodologia de pesquisa da revisão bibliográfica e análise documental de dados, para realizar a conceituação terminológica de alguns dados relevantes, análise de leis e consultas a jurisprudências para a verificação do tema, como foi o caso do testemunho de crianças.

Posto isso, a pesquisa consistiu em dados sistematizados, com base em conceitos formados pelos doutrinadores, em conformidade com o que estabelece a Suprema Carta e outros dispositivos do ordenamento jurídico, para compreender a importância da inquirição por meio do depoimento especial.

A documentação indireta é a técnica utilizada no trabalho, uma vez que o levantamento dos dados bibliográficos consubstancia a pesquisa a textos pré-existentes, cujas referências serão inseridas ao final.

2 DO ABUSO SEXUAL

2.1 Da violência sexual contra crianças e adolescentes

As crianças e os adolescentes são alvos de todos os tipos de negligência e aos diversos modos violência, e por isso precisam receber especial proteção da comunidade e dos órgãos competentes, a fim de que sejam resguardados a qualquer fato que atente contra os seus direitos e à sua dignidade como pessoa humana e seres em formação.

Com esse intuito, iremos tratar no presente capítulo sobre a violência sexual, uma das formas que se desdobra o abuso sexual, que também pode ocorrer por meio do contato físico, caracterizado como o mais comum e recorrente, “O abuso com contato físico é caracterizado quando há carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, vaginal ou anal.” (CNJ, 2017, *online*).

O termo abuso é comumente utilizado para designar os atos de violação sexual sem o consentimento da outra parte, praticados de maneira forçada, que atinge, especialmente, crianças e adolescentes dentro e fora do seio familiar. Isso, devido à vulnerabilidade a que estão expostos em seu cotidiano e atenta contra uma vivência tranquila e saudável para essas pessoas.

Em um primeiro momento, podemos conceituar a violência sexual como sendo qualquer tipo de ato sexual ou até mesmo sua tentativa exercida por meio de violência ou coerção, podendo ser praticada em diferentes âmbitos de convivência na sociedade, visto que não público específico destinado à sua prática. Nesse sentido, aduzimos a seguinte citação, Nações Unidas (2018) *apud* OMS (2018):

A violência sexual é definida pela OMS como “todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho.

Com base na relação proposta anteriormente, é entendimento de Cezar Roberto Bitencourt (2018, p. 83) que várias outras situações podem ser arroladas em derivação da violência familiar, como é o caso da violência sexual e outras demais, conforme a citação a seguir:

Como parte desse fenômeno, e inserida num contexto histórico-social e com raízes culturais, encontra-se a violência familiar (violência conjugal, maus-

tratos infantis, abuso sexual intrafamiliar etc.), que é um fenômeno complexo e multifacetado, atingindo todas as classes sociais e todos os níveis socioeducativos: apresenta diversas formas como, por exemplo, maus-tratos físicos, psicológicos, abuso sexual, abandono e negligência na educação e formação de crianças e adolescentes.

Sendo assim, podemos compreender que o abuso sexual é derivado da violência familiar, segundo a percepção do respectivo autor. Está inserido no contexto familiar cuja origem é histórico-social, ou seja, percebemos ser um mal que se alastra na sociedade ao longo do tempo, e não corresponde a uma prática que surgiu agora. Não ocorre apenas em uma classe social específica e causa diversos tipos de danos nas vítimas.

Concordante com a direção atribuída a esses acontecimentos, destacamos o abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar, que está abarcada na violência familiar, considerado um dos tipos mais graves de violência, segundo Cezar Bitencourt (2018, p.85), atenta contra os direitos fundamentais da criança e do adolescente, além de constituir uma ofensa habitual ao analisar a durabilidade da violência.

Como ponto mais dramático, salientamos as sequelas que se arrastam ao longo da vida, que são os danos morais (psicológico-emocionais) carregados pelas vítimas do abuso. Dentre as diversas consequências que podemos apresentar, estão os dramas comportamentais e sociais que passam a desenvolver, sem falar nas lesões e doenças que correm o risco de contrair resultantes da prática sexual.

Continuando as análises, as Nações Unidas (2018) *apud* OMS (2018), aborda as seguintes consequências derivadas do abuso sexual como as principais causadas em mulheres, visto que constituem a maioria das vítimas:

- Gravidez não planejada;
- Aborto inseguro;
- Disfunção sexual;
- Infecções sexualmente transmissíveis — incluindo HIV;
- Fístula traumática;
- Depressão;
- Transtorno por estresse pós-traumático;
- Ansiedade;
- Dificuldade para dormir;
- Sintomas somáticos;

- Comportamento suicida;
- Transtorno de pânico.

Examinando o quadro geral no qual está inserida a violência sexual, identificamos também, sua decorrência na utilização de menores para satisfazer os prazeres de um adulto, ou até mesmo de um jovem (desejos sexuais), e, quando acontecem no âmbito familiar, tratamos tal violação de maneira ainda mais repugnante, pois rompe princípios éticos morais ao destruir os laços da comunidade familiar.

O principal fator que motiva e torna fácil o abuso, é a situação de vulnerabilidade da criança e do adolescente em relação ao violentador. Além de a força física de uma criança e alguns adolescentes ser inferior, essas pessoas são facilmente manipuladas pelos adultos por algum tipo de conversa, uma vez que não apresentam maturidade suficiente para entender a má intenção, e ainda que saibam o que se pretende, a coação pode ser facilmente exercida sobre elas.

Segundo dados extraídos do balanço da ouvidoria do Ministério Público do Disque Direitos Humanos - Disque 100 -, relatou no ano de 2017 o quantitativo de 84.049 mil denúncias em geral, acerca de violações a direitos humanos de crianças e adolescentes. Entre os sete anos em que os dados foram registrados (de 2011 a 2017), 2012 foi o ano que teve maior número, compreendendo o número de 130.033 mil denúncias.

Resta observar ainda que, conforme o balanço da ouvidoria do disque direitos humanos (2017, *online*), os casos de Violência Sexual correspondem a 36.037 denúncias. Em relação ao perfil das vítimas, 48% dos casos são cometidos contra o gênero feminino, e 40 % contra o masculino, e 12% não tem o gênero informado. Quanto à faixa etária, o maior número de atentados contra os direitos humanos ocorre com crianças entre 4 a 11 anos.

Em um dado mais atualizado, verificamos por meio do Disque 100, que o Brasil conta com o quantitativo de, em média, 50 denúncias por dia cujos relatos são feitos acerca de abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, conforme o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019, *online*).

Tais abordagens possibilitam constatar que no ano de 2018, foram registrados 76.216 casos de atentados contra o referido público, no qual os registros de violência sexual apresentaram o total 17.093. Dos casos, averiguamos que

75,29% são cometidos contra as pessoas do sexo feminino e, o total de 16,67%, contra as pessoas do sexo masculino, com idades que variam entre os 12 aos 14 anos, o que muda bastante a faixa etária demonstrada no ano de 2017.

As análises permitiram atestar que em um cenário geral, 69,28% dos abusos são cometidos por homens. No que diz respeito da relação entre suspeito e vítima, a Agência Brasil EBC (2019, *online*) cita, “A maior parte desses crimes ocorre dentro de casa e são provocadas por mães, pais e padrastos, na maioria das vezes”.

2.2 Dos principais crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes

Conforme exposto anteriormente, crianças e adolescentes são o grande alvo de agressores que atentam contra a dignidade sexual. Segundo os estudos da Secretaria de Vigilância em Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, por via do Boletim Epidemiológico publicado em junho de 2018, foi asseverado que o assédio, o estupro, a pornografia infantil e a exploração sexual, são inclusas como desdobramentos da violência sexual, podendo ser manifestados por diversos meios.

Abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas; pedofilia; voyeurismo; manuseio; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Ademais, se consideram os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2018, p. 3).

Ademais, as vítimas, via de regra, devem receber atendimento obrigatório e humanizado pelos órgãos policiais e pelo Sistema Único de Saúde (SUS):

Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual

Em 1º de agosto de 2013, foi editada a Lei nº 12.845, que dispôs sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, considerando como tal aquelas, para efeitos da mencionada lei, que tenham sido vítimas de atividade sexual não consentida, como é o caso do delito de estupro, que tenha resultado em gravidez.

Atendimento humanizado às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Vide Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013. (GRECO, 2017, p.537).

Pelo aspecto exposto, os abusos sexuais mais cometidos contra crianças e adolescentes entre os anos de 2011 a 2017, estão elencados no registro do Boletim Epidemiológico o assédio sexual que corresponde a 19,9% dos casos, o estupro com percentual 70,4%, a pornografia infantil com 2%, a exploração sexual 3,6% e outros figurando com 4,2% das ocorrências. Consoante a essas informações, trataremos de elucidar cada tipo penal citado a seguir com a correspondência do seu respectivo dispositivo legal:

a) Assédio sexual

Sobre o assédio sexual, o artigo 216-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848 de 1940), explicita que é o ato de constranger alguém com a finalidade de obter alguma vantagem ou favorecimento sexual, devido à posição de superior hierárquico da vítima no cargo, emprego ou função.

O núcleo constranger, utilizado pelo tipo penal que prevê o delito de assédio sexual, deve ter outra conotação que não a utilização do emprego de violência ou grave ameaça. No delito de assédio sexual, partindo do pressuposto de que seu núcleo prevê uma modalidade especial de constrangimento, devemos entendê-lo praticado com ações por parte do sujeito ativo que, na ausência de receptividade pelo sujeito passivo, farão com que este se veja prejudicado em seu trabalho, havendo, assim, expressa ou implicitamente, uma ameaça. No entanto, essa ameaça deverá sempre estar ligada ao exercício de emprego, cargo ou função, seja rebaixando a vítima de posto, colocando-a em lugar pior de trabalho, enfim, deverá sempre estar vinculada a essa relação hierárquica ou de ascendência, como determina a redação legal. (GRECO, 2017, p. 1178).

Torna-se, assim, possível afirmar que o crime não ocorre com crianças, tendo em vista que é proibido o trabalho infantil, segundo o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (quatorze) anos;” e dessa forma não poderá figurar como sujeito passivo na tipificação.

Contudo, adolescentes podem ser vítimas pelo fato de poder trabalhar como jovem aprendiz, e para haver esse alcance, o legislador criou a majorante especial do §2º do mesmo artigo em que há o aumento de até um terço da pena se a vítima for menor de dezoito anos.

b) Estupro

O estupro, tipificado no art. 213 do Código Penal, corresponde ao ato de constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, para ter

conjunção carnal, ou praticar, ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. O aumento de pena para o referido crime está disposto no §1º, uma vez que ocorre quando a prática do crime resulta em lesão corporal de natureza grave, ou se a vítima é maior de quatorze anos ou menor de dezoito anos, podendo figurar no caso, o adolescente.

Inovou a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, ao prever o estupro qualificado quando a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (quatorze) anos. Por mais que as pessoas, que vivem no século XXI, tenham um comportamento sexual diferente daquelas que viviam em meados do século passado, ainda podemos afirmar que os adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos de idade merecem especial proteção. A prática de um ato sexual violento, nessa idade, certamente trará distúrbios psicológicos incalculáveis, levando esses jovens, muitas vezes, ao cometimento, também, de atos violentos, e até mesmo similares aos que sofreram. Dessa forma, o juízo de censura, de reprovação, deverá ser maior sobre o agente que, conhecendo a idade da vítima, sabendo que se encontra na faixa etária prevista pelo § 1º do art. 213 do Código Penal, ainda assim insista na prática do estupro. (GRECO, 2017, p. 1134).

Para a abrangência às crianças, a tipificação legal está em outro dispositivo.

Menor de quatorze anos é exatamente o infante-juvenil ou criança/adolescente protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que merece atendimento especial do Estado e da lei e que, agora, finalmente, o legislador penal reconhece sua vulnerabilidade. Essa é uma oportunidade rara, para abordarmos algo que sempre nos preocupou, qual seja, a vitimização secundária dos menores vítimas de abuso sexual (no plano familiar e extrafamiliar), historicamente tratados pelas autoridades repressoras (Polícia, Ministério Público e Judiciário), como simples objeto de investigação e meio de prova. (BITENCOURT, 2012, p. 11).

O fato de o estupro praticado contra crianças estar positivado em outro tipo penal (artigo) está explicado devido sua vulnerabilidade, e para tratar dessa agravante - que é o condicionamento intelectual e mesmo quanto à força física para ao menos tentar impedir algum atentado – o legislador preferiu definir essa tipificação em separado, com uma pena maior e em outro dispositivo, que será aduzido posteriormente.

c) Estupro de vulnerável

Considerando o que foi dito anteriormente, assim dispõe o art. 217-A do Código Penal (Decreto-Lei 2848 de 1940):

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

§ 5º As penas previstas no **caput** e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018) (BRASIL, 1940, grifo nosso).

Sobre a inserção da tipificação como crime hediondo, Fernando Capez aduz:

cumprir assinalar que, de acordo com a nova redação do art. 1º, VI, da Lei n. 8.072/90, o estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º) é considerado crime hediondo. Antes de tais modificações legais muito se discutiu se os crimes sexuais (estupro e o revogado atentado violento ao pudor) com violência presumida seriam hediondos, sendo certo que os Tribunais Superiores vinham se manifestando no sentido afirmativo da hediondez de tais delitos. (CAPEZ, 2017, p. 224).

O estupro de vulnerável consiste no ato de ter conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso com menor de quatorze anos. Dessa forma, o legislador fez a inclusão de crianças ao tratar da penalidade do crime de maneira mais severa. Ainda, no mesmo artigo (§1º), a vulnerabilidade se estende àqueles que por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento ou por outro motivo não pode oferecer resistência para a prática do ato.

d) Pornografia infantil

Quanto ao crime de pornografia infantil, aborda a pedofilia, que é a perversão doentia de um adulto ao sentir atração sexual por crianças.

Apesar da divergência conceitual entre médicos e psicanalistas, tendo-se como base a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde, que no item F65.4, define pedofilia como preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou do outro sexo, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade. (JUS, 2015).

De forma geral, a tipificação legal da pornografia infantil abrange uma série de crimes previstos tanto no Código Penal como no Estatuto da Criança e do Adolescente. O conceito do crime está previsto no art.241-E do ECA (Lei nº 8.069/90), que corresponde a qualquer situação que ligue criança ou adolescente à

prática explícita de atividades sexuais reais, ou ainda simuladas, como também a exibição dos órgãos genitais das mesmas para fins sexuais.

Vale ressaltar que os crimes dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) quem atentam contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes estão elencados a partir do art. 240 e se estende até o art. 244-B.

O que se pretende com as tipificações é criminalizar fotos, imagens, vídeos, que, guardados ou divulgados, sejam destinados a algum fim libidinoso ou sexual. A definição de pornografia infantil não é completa, e deve ser interpretada conforme o caso, a fim de que alcance a proteção desejada às crianças e adolescentes.

e) Exploração sexual

Em relação à exploração sexual, condiz ao ato de submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual menor de 18 anos ou aquele que, por enfermidade ou deficiência mental, não tenha o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone (art. 218-B do Código Penal).

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º Incorre nas mesmas penas:

I - Quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo;

II - O proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (BRASIL, 1940).

Na referida tipificação penal, é abandonado à terminologia corrupção de menores (art. 218 do Código Penal) ao fazer menção ao termo vulnerável, pois amplia o rol de vítimas por não se referir a apenas menores de 18 anos. A vulnerabilidade também está presente ao caracterizar a falta de discernimento do sujeito maior de 18 anos acometido de enfermidade ou doença mental.

Desta feita, compreendemos ser de suma importância o conhecimento acerca da violência sexual empregada contra crianças e adolescentes como também os crimes que envolvem, a fim de levar a conhecimento às autoridades competentes a

ocorrência dessa prática para que o sistema legal dê a punição devida a esses molestadores. Em continuidade ao tema, o próximo capítulo irá tratar da forma como as provas são produzidas para se comprovar a ocorrência dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

3 DA PRODUÇÃO DE PROVAS NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

No sistema processual penal brasileiro, a produção de provas é de grande valia, por representar uma importante ferramenta para o convencimento do julgador como também pelo seu alto poder probatório durante a persecução penal. A prova busca evidenciar no processo, tanto a existência como a veracidade de um fato, cujo objetivo é contribuir para que o magistrado forme sua convicção, e é nesse contexto que iremos tratar da produção de provas em crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Prova: pressupõe procedimento contraditório, em regra produzida no curso de processo instaurado perante o magistrado, com a participação dos litigantes. Quando produzida antes do processo, ou antes de ser oportunizada a participação dialética do interessado, a prova exigirá o contraditório posterior (diferido ou postergado), para que receba a qualificação de prova (*stricto sensu*). (TÁVORA; ALENCAR, 2017, p. 618-619).

O Código de Processo Penal trata das provas no *Título VII*, com início no art. 155 e vai até o art. 250. A forma como as provas podem ser produzidas são diversas e não há rol taxativo, podendo ser feitas através da apresentação de documentos, perícias, laudos, testemunho, exame de corpo de delito, entre outros.

No entanto, nos crimes em que as acusações referem-se a abuso sexual contra crianças e adolescentes, os meios de prova mais utilizados são as perícias e laudos cuja elaboração é feita por profissionais certificados para tais procedimentos, e o depoimento da vítima, devido ao fato das violações sexuais ocorrerem de maneira escondida e livre de testemunhas oculares, o que torna ainda mais difícil a prova da existência do crime.

Dessa forma, o meio probatório constitui um elemento essencial para não afrontar o princípio constitucional do devido processo legal, estipulado no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, a fim de que ninguém seja punido pela prática de um delito que não cometeu.

O devido processo legal atua, nesses casos, com dupla função: a de proibição de provas ilícitas e a de garantia da ampla defesa do acusado. Na solução dos casos concretos, há que se estar atento, portanto, para a ponderação entre ambas as garantias constitucionais. A regra da inadmissibilidade de provas ilícitas não deve preponderar quando possa suprimir o exercício da ampla defesa pelo acusado, sob pena de se produzir um verdadeiro paradoxo: a violação ao devido processo legal (ampla defesa) com o fundamento de proteção do próprio devido processo legal (inadmissibilidade de provas ilícitas). (MENDES; BRANCO, 2012, p. 755).

O devido processo legal estipula as condições para que os atos sejam declarados válidos, eficazes e completos, ao atender as etapas de validade previstas em lei. Ainda, se revela como garantia de aplicação do direito constitucional ao conferir às partes o direito ao contraditório e a ampla defesa.

No entanto, observamos que, muito embora seja proibido o uso de prova ilícita (art. 5º, LVI, Constituição Federal) e as que forem derivadas (art. 157, §1º, Código de Processo Penal) por afrontar o devido processo legal, será autorizada a produção dessas provas *pro reo*, na hipótese em que a mesma for indispensável para o exercício de um direito fundamental do acusado e não haver alternativa para provar sua inocência no processo.

Por hora, atrelamos o devido processo legal à presunção de inocência ou de não culpabilidade, pois conforme consta o art. 5º, LVII, ninguém será declarado culpado até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Somente após a tramitação de todo o processo, é que o acusado pode ser declarado culpado pelo delito.

Sendo assim, a produção da prova em contraditório judicial é um meio valioso e importante por contribuir com a formação do convencimento do magistrado. Segundo consta o art. 155 do Código de Processo Penal, o juiz não pode fundamentar sua convicção exclusivamente nos elementos informativos produzidos durante a investigação, com exceção das provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. Daí, observamos a importância da produção das provas, mas em contrapartida, deixamos de conservar a integridade de crianças e adolescentes ao conferir ao acusado tais prerrogativas, tema que será tratado posteriormente.

3.1 Da produção de provas por meio de perícia

Um dos meios de se provar a ocorrência de determinado fato, tendo em vista que abordamos no trabalho o abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes, são

as perícias e os laudos médicos, “O laudo concatena tudo o que foi observado pelos peritos, sendo o produto da análise técnica” (TÁVORA; ALENCAR, 2017, p. 665). Visam, pois, comprovar e fundamentar a verdade material por meio de um técnico que procura vestígios da ocorrência do crime no corpo de delito.

Conforme ensina Genival França (2017, p. 7), o papel da perícia não se reduz a apenas ver e relatar, mas também fundamentar e deduzir o ocorrido em busca da verdade por meio de evidências indicadoras e sugestivas da ocorrência de determinado fato. O relato técnico é importante para retratar o que se quer apurar – elucidar a violação sexual empregada -, se faz através da apuração lógica e racional e, ainda, contribui para o processo na formação da opinião do juiz sobre o caso.

O princípio da livre convicção de que dispõe o julgador não se constitui em um critério alternativo de provas, mas em um princípio metodológico que lhe faculta aceitar ou rejeitar uma prova e fundamentar sua decisão, ou seja, entender que a convicção pessoal do juiz, por si só, não prova nada. (FRANÇA, 2017, p. 7).

Nas palavras de Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar (2017, p. 667), a faculdade de o juiz aceitar ou rejeitar uma prova está contido em sua liberdade de análise do laudo, pois sua decisão é livre, “desde que a faça de forma motivada”.

Sobre o conceito de perícia, o mesmo autor aduz:

Define-se perícia médico-legal como um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça. Ou como um ato pelo qual a autoridade procura conhecer, por meios técnicos e científicos, a existência ou não de certos acontecimentos, capazes de interferir na decisão de uma questão judiciária ligada à vida ou à saúde do homem ou que com ele tenha relação. (FRANÇA, 2017, p. 50).

A perícia tem como finalidade o esclarecimento da prova e usada sempre que a infração deixar vestígios (art.158, CPP), que constitui um elemento que comprova o acontecimento de um fato. Pode ser demonstrada (materializada) através de laudos, que consiste em uma peça escrita sobre o material examinado. Vale ressaltar que um atestado médico particular não substitui o laudo para fins de comprovação da materialidade de um crime dentro do processo. Todavia é aceito pela lei nº 9.099/95 devido à celeridade de sua tramitação.

Desta feita, a perícia deve ser feita por um órgão responsável, pelo instituto médico-legal, e quando não houver, caberá sua realização por médicos ou

profissionais formados em nível superior na área da saúde que for compatível ao fato analisado, desde que nomeados pela autoridade competente e seja no interesse do judiciário ou para instrução de inquérito policial.

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. (BRASIL, Decreto-Lei nº 3.689, 1941, art. 159).

Genival França, assevera que as perícias podem ser realizadas nos vivos, cadáveres, esqueletos, animais e objetos. Nas pessoas vivas têm por finalidade:

visam ao diagnóstico de lesões corporais, determinação de idade, de sexo e de grupo étnico; diagnóstico de gravidez, parto e puerpério; diagnóstico de conjunção carnal ou atos libidinosos em casos de crimes sexuais; estudo de determinação da paternidade e da maternidade; comprovação de doenças profissionais e acidentes do trabalho; evidências de contaminação de doenças venéreas ou de moléstias graves; diagnóstico de doenças ou perturbações graves que interessam no estudo do casamento, da separação e do divórcio; determinação do aborto; entre tantos.(FRANÇA, 2017, 52-53, grifo nosso).

Como podemos ver, os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes deixam vestígios, e a perícia é um meio indicado para fazer a prova de existência do seu cometimento. A prova é, pois, a verdade do acontecimento de um fato, devido seu poder de esclarecimento e ter grande valor probatório para a apuração do crime no processo.

Dentre os tipos de documentos médico-legais para a produção de prova, está o relatório, que corresponde à descrição de maneira minuciosa acerca da perícia médica realizada, cuja finalidade é responder à solicitação feita pela autoridade policial ou judiciária, a depender do caso, sobre o inquérito. No mais, o relatório é composto de preâmbulo, quesitos, histórico, descrição, discussão, conclusão, e, ao final, são dadas as respostas aos quesitos.

O relatório difere do laudo devido ao fato de que neste, é feito pelos peritos após as investigações com o auxílio de outros recursos. Ressalte-se, ainda, nos crimes que violam a dignidade sexual ou constringem de alguma forma a vida privada, a honra ou a imagem de crianças e adolescentes, é recomendado que as

fotografias que identifiquem as vítimas não sejam anexadas, uma vez que sua ausência não perde o objeto da prova pericial.

3.2 Da produção de provas por meio do testemunho

A prova testemunhal, prevista a partir do art. 202 do Código de Processo Penal, consiste no depoimento de um indivíduo a partir de sua experiência pessoal acerca do fato, que segundo Camargo Aranha (1999) *apud* Genival França (2017, p. 139-140), deve compor as seguintes características:

(a) oralidade: a prova testemunhal deve ser colhida mediante uma narrativa verbal prestada em contato direto com o juiz; (b) objetividade: a testemunha deve se limitar apenas aos fatos percebidos por seus sentidos e objeto da demanda; (c) retrospectividade: a função da testemunha é reproduzir fatos passados e conhecidos, sem fazer previsões para o futuro ou juízo de valor. Há autores que acrescentam ainda: (d) judicialidade: a prova deve ser produzida em juízo; (e) imediação: a testemunha deve falar sobre o que dizer aquilo que assimilou através dos sentidos; (f) individualidade cada testemunha será ouvida sem a presença das demais.

A testemunha tem conhecimento sobre o momento do acontecimento dos fatos, devendo ser, em juízo, um terceiro que não tenha interesse no processo. Além do mais, a testemunha não pode negar-se a depor (art. 206, CPP), a não ser que seja ascendente ou descendente, o afim em linha reta, cônjuge, mesmo que desquitado, irmão, pai, ou filho do acusado.

Sobre o testemunho feito por crianças, alguns ignorantes desprezam sua palavra, sobre o fundamento de que “em face do desenvolvimento mental incompleto, são maleáveis, aceitam facilmente as sugestões e têm a tendência à fabulação e à mentira sendo levadas aos primeiros impulsos” (FRANÇA, 2017, p.141), e, muitas vezes, a prova de que um crime aconteceu pode ser dado, por exemplo, através do irmão com mesma faixa de idade de uma criança que foi violentada, que viu o acontecimento dos fatos.

É entendimento da psicologia infantil moderna, segundo França (2017), que crianças a partir de certa idade, podem contribuir para alcançar a verdade dos fatos e, o testemunho infantil não pode ser desprezado. Nesse sentido, segue o julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul COR 70081395303 de junho de 2019, cujo testemunho no processo foi realizado por uma criança.

CORREIÇÃO PARCIAL. CRIME CONTRA A VIDA. **TESTEMUNHO DE CRIANÇA**. SESSÃO DO JURI A PORTAS FECHADAS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO IRREPARÁVEL. DECISÃO MANTIDA. A decisão que determinou a realização da Sessão Plenária a portas fechadas, está devidamente fundamentada na proteção da intimidade de vulneráveis, tanto da vítima, quanto da menor informante, sem olvidar o fato de que o processo tramita em segredo de justiça, nos termos do art. 234-B do CP. Muito embora a regra seja a publicidade dos atos processuais, inclusive no que diz com os julgamentos perante o Tribunal do Júri, cuida a Lei de estabelecer exceções ao princípio da publicidade, que não é de natureza absoluta. E, tratando-se de proteção à criança, o legislador é expresso ao determinar a preservação da intimidade de vulneráveis vítimas de crimes contra a dignidade sexual. Outrossim, o fato de a vítima ter morrido não afasta a necessidade de proteção da sua imagem e dignidade, sem olvidar o interesse em assegurar um procedimento menos traumático possível à informante, que certamente sofre, ainda na atualidade, com as consequências dos atos perpetrados pelo mesmo indivíduo que estará em julgamento. Consigno que a atuação jurisdicional, em processos desta natureza e gravidade, sem olvidar do envolvimento de menores, deve ser... pautado pela sensibilidade dos profissionais envolvidos no julgamento da causa, e, sobressaindo-se a intimidade das crianças em confronto com o interesse de publicização da ação, por se tratar de um fato que, naturalmente, abala o cotidiano de uma localidade, sem olvidar o risco ao acusado, diante da comoção pública que casos desta natureza gera. Assim, compreendo que, baseada nos documentos carreados aos autos eletrônicos, que a decisão que determinou a realização da Sessão Plenária a portas fechadas não viola preceitos constitucionais, uma vez que procedeu a magistrada de acordo com permissivos legais, fulcrada, ainda, no risco à integridade psicológica da **menor informante** e no interesse de preservar a dignidade da vítima. **Portanto, entendo pela manutenção da decisão proferida pelo juízo de origem, não havendo que se falar, neste momento, em reforma.** CORREIÇÃO INDEFERIDA. (Correição Parcial Nº 70081395303, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rosaura Marques Borba, Julgado em 13/06/2019). (TJ-RS - COR: 70081395303 RS, Relator: Rosaura Marques Borba, Data de Julgamento: 13/06/2019, Segunda Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/06/2019).

Conforme consta a jurisprudência, o testemunho de uma audiência que correu perante o Tribunal do Júri, foi realizado por uma criança, visto que obedeceu ao segredo de justiça, consoante dispõe a lei, para não frustrar a intimidade do vulnerável e nem colocar em risco a sua integridade psicológica, ocorrendo, assim, uma exceção ao princípio da publicidade para preservar o menor informante.

Ponderando a situação, observamos que não é válido ignorar o testemunho de crianças acerca dos fatos, por que podem ser as únicas que presenciaram algum ato que constitui peça fundamental para a elucidação de um crime. E, assim, como foi o caso relatado acima, resta à competência de testemunhar perante a justiça – desde que obedecendo a suas peculiaridades -, muito embora sejam sujeitos em formação são pessoas capazes de dizer a verdade e suas palavras também são dignas de validade, e devem ser ouvidas e tratadas com a atenção necessária.

3.3 Da produção de provas por meio da inquirição das vítimas

Conforme já foi abordado, o abuso sexual é um crime frequente contra crianças e adolescentes. No mais, ocorre com frequência na esfera privada, com incidência intrafamiliar, e, muitas vezes se sentem inseguras e são ameaçadas para não revelar os acontecimentos. No que diz respeito à inquirição dessas pessoas acometidas pelo abuso sexual pelo poder judiciário, iremos tratar de como era feita antes da Lei nº 13.431/17.

As crianças (em especial) e adolescentes, eram sujeitas as mesmas regras procedimentais de inquirição, mas devia se atentar a algumas peculiaridades. Assim como era feito com os adultos, a declaração prestada pelas crianças dividia-se em duas fases. Em um primeiro momento a criança/adolescente deveria se manifestar a respeito do acontecimento. Logo depois, com a narrativa do que foi dito, fazia-se perguntas abertas e a exposição era contínua, com algumas interrupções para esclarecer pontos considerados pertinentes. Além do mais, durante a fase de investigação e processual, eram lembrados os fatos aterrorizantes a todo o momento por meio das perguntas.

Na segunda parte da tomada das declarações eram feitas perguntas e daí se esperava as respostas (“sim” ou “não”) por parte das crianças/adolescentes. Todavia, algumas perguntas eram sugestivas e desse modo, necessitava-se do operador certa técnica para evitar esses embaraços e possíveis danos causados pelas perguntas.

No entanto, antes dessa abordagem, preparavam-se as crianças de modo que removesse os obstáculos mentais que possivelmente interromperiam as declarações. O operador (que nem sempre eram pessoas especializadas para tratar desses casos), devia manter atenção quanto às manifestações da vítima em relação aos detalhes ocorridos, pois podem temer ao discorrer sobre o fato, como também reagir com emoções quando relatar.

É necessário que a tomada de declarações seja de uma forma "não marcante e, se possível, sob a forma de uma conversação informal."

É preciso levar em conta o mundo das ideias da criança, e não usar conceitos que o menino ou menina não sabe ou não pode tratar adequadamente.

O receptor da declaração deve tentar descobrir a lógica que pertence ao menino, a fim de se adaptar ao seu modo de pensar e de sentir as coisas. O investigador que faz a inquirição pessoalmente precisa de um conhecimento

bastante profundo da psique infantil e uma aptidão para entender a mente dos outros, além de experiência no tratamento de crianças, e não apenas de seus próprios filhos, mas também de crianças de diversas classes. É preciso levar em consideração o estágio de desenvolvimento que a criança está passando. (DACZKOVSKI, 2019).

O ideal é que o depoimento fosse tomado por intermédio de um psicólogo especializado na área. Na dita fase de perguntas e respostas, seriam feitas pelo técnico, indicadas pelo juiz, logo em seguida o promotor e depois o defensor do acusado. Em seguida, tomadas a termo nas atas todas as palavras ditas pela criança, sem mudar a expressão, ou alcance a que elas se referem, uma vez ser essencial toda a narrativa dos fatos.

3.4 Da vitimização secundária causada pela busca da verdade real

Podemos dizer que o abuso sexual contra crianças e adolescentes caracterizam a vitimização primária, pois é quando ocorre e se toma conhecimento sobre o mesmo. Todavia, o procedimento investigatório judiciário adotado para levantar os dados em busca da verdade real caracteriza outra violação, a vitimização secundária, pois ocorre quando a criança e ao adolescente relatam novamente o abuso ocorrido para, assim, colher provas para a instrução do processo.

Desta forma, a vitimização secundária é causada pelos procedimentos do processo penal adotado pelo Estado. A revitimização (vitimização secundária) acontece em diferentes âmbitos, podendo ser na delegacia, no conselho tutelar, na presença do juiz durante sua inquirição, etc. O trauma que essas lembranças causam na criança e no adolescente torna um processo ainda mais doloroso para ser esquecido.

Um dos aspectos mais complexos, tanto do ponto de vista jurídico como criminológico, é relativo à posição dessa vítima criança/adolescente como testemunha no processo penal. É comum, tanto no Brasil como no exterior, que crianças e adolescentes sejam chamadas a depor em processos judiciais criminais para falar sobre situações de violência que sofreram. Essa fala das crianças e dos adolescentes no momento da audiência integra o acervo probatório processual. Ocorre, porém, que, em razão da forma tradicional de inquirição das vítimas e testemunhas de crime sexual, quando crianças e adolescentes, pode ampliar a violência por aquelas experimentadas. (BITENCOURT, 2012, p. 217-218).

Antes da elaboração da Lei nº 13.431/17, o legislador teve como iniciativa o Projeto de Lei 4.126/2004 (que será tratado em momento oportuno), cuja finalidade era alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente a fim de que adotasse um modelo alternativo para uma inquirição sem danos, o projeto depoimento sem danos, elaborado por operadores do direito local e utilizado no 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre.

O intuito do projeto foi retirar crianças e adolescentes do ambiente formal das salas de audiência e transferi-las para uma sala adequada projetada para tal fim, composta por câmeras de vídeo e áudio conectadas à sala de audiência. Com a maneira inovadora de inquirição, o depoimento era tomado de forma mais tranquila e menos dolorosa, podendo ser revista a qualquer tempo sem que fosse necessário tomar as declarações outra vez.

Conforme cita Cezar Roberto Bitencourt (2012, p. 219), devemos considerar a criança e ao adolescente como sujeitos de direito, antes de considerá-los com simples “objeto de investigação de meio de prova”, uma vez que não se tem a prerrogativa de “revitimizá-los” para alcançar a busca “verdade real”, que assegura o direito da ampla defesa do acusado. A prova de inocência deve ser alcançada por outro meio legítimo e moral, “desde que não se queira arrancá-la de quem já foi vitimizado pela violência sexual sofrida”.

A problemática reside no fato da vulnerabilidade natural apresentada por crianças e adolescentes, agravada pelo trauma sofrido com a violação sexual. Ainda que não haja outras provas ou não se tenha outra forma de fazer sua produção, é necessário preservar a integridade dos infante-juvenis, pois não se justifica a revitimização para suprir a falha do sistema investigativo penal.

4 A LEI 13.431/17 E A PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Em razão da vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes em meio aos riscos decorrentes do convívio em sociedade, o legislador cuidou de elaborar legislações específicas para tratar do assunto e conceder um maior alcance da norma quanto à proteção do referido grupo.

crianças vítimas ou testemunhas são particularmente vulneráveis e necessitam de proteção, assistência e apoio adequados à sua idade, nível de maturidade e necessidades especiais a fim de evitar mais dificuldades e

traumas que possam resultar de sua participação no processo de justiça criminal [...] (ECOSOC, Resolução nº 20/05).

A Constituição Federal de 1988 já tratava do assunto, no Capítulo VII, título - *Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso* – em que estabelece no art. 227 como responsáveis pelas crianças e adolescentes a família, a sociedade e o Estado, posto que devam assegurar, com absoluta prioridade “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, ainda, devem colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A tutela que essas pessoas recebem (público infanto-juvenil), de modo especial, é devido ao fato de serem sujeitos mais comumente acometidos a abusos e violência dentro e fora da família a qual está inserida, e nas diversas situações sofrem danos não apenas físicos, mas também psicológicos e emocionais por estarem em fase de crescimento pessoal em que requer maiores cuidados perante as fragilidades enfrentadas para que não sejam arrastados pelo resto da vida.

4.1 Proteção legislativa conferida às crianças e adolescentes

As crianças e os adolescentes são sujeitos de direito como qualquer outro cidadão, e tem proteção integral para a efetivação de seus direitos, segundo o disposto, essencialmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que vislumbra algumas medidas e possíveis intervenções com o fim de assegurar o exercício de seus direitos fundamentais.

De acordo com o art. 2º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), criança é toda pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente é compreendido com idade entre doze e dezoito anos de idade. Ainda que não venha ao caso, além das idades citadas acima, o ECA abrange de maneira especial, as pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Devido à situação vivenciada por diversas crianças e adolescentes em todo o país, o advento da Lei nº 13.431, de 2017, veio estabelecer os direitos dessas pessoas durante a prestação do seu depoimento em alguns casos, para não sofrerem algum tipo de dano de ordem psicológica em salas de audiências, tendo

em vista o quão sombrio seja a inquirição das vítimas e testemunhas de abuso sexual ao lembrar os fatos repugnantes pelos quais passaram.

Inicialmente, as diretrizes para o judiciário sobre assunto atinente às crianças e adolescentes no papel de vítimas ou testemunhas em crimes, também foi estabelecida com a Resolução nº 20 em 2005, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Na referida resolução, buscou promover a utilização do padrão das matérias sobre prevenção do crime e justiça penal segundo as regras Nações Unidas, tais como:

1.1 Os Estados-Membros devem procurar, de acordo com seus interesses gerais, promover o bem-estar dos menores e de suas famílias.

1.4 A Justiça do Menor deve ser concebida como parte essencial do processo nacional do desenvolvimento de cada país, dentro de uma estrutura abrangente de justiça social para todos os jovens contribuindo assim, ao mesmo tempo, para a proteção do jovem e para a manutenção de uma ordem pacífica na sociedade. (ONU, 2009, p. 54, grifo nosso).

As normas orientam a promoção do bem-estar de crianças e adolescentes a fim de minimizar os riscos e reduzir os possíveis danos que podem ter com a interferência do sistema estatal envolvendo o menor, o que também cabe ao tratamento durante o momento da inquirição. Ressaltamos ainda, conforme o item 12.1, das Normas e Princípios das Nações Unidas em Matéria de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (2009, p.63), a importância do treinamento policial para tratar com essas pessoas que, via de regra, são os primeiros acionados quanto à ocorrência do delito.

Ainda, a resolução nº 20 de 2005, salienta os danos emocionais e dificuldades resultantes dos crimes, que crianças venham a sofrer durante a participação do processo judicial. Diante disso, se faz necessário uma proteção especial e adequada conforme a idade e o grau de maturidade do vulnerável, respeitando cada caso.

Além disso, a resolução salienta que crianças e adolescentes como vítimas e testemunhas, devem ser tratadas como pessoas capazes e não deve haver dúvida quanto ao seu depoimento, o que é essencial para a constituição do caso tratado, uma vez que suas palavras são de grande importância para o processo, devida o seu valor como prova para incriminação.

18. A idade não deve constituir uma barreira ao direito da criança a participar plenamente no processo de justiça. Toda criança deve ser tratada como uma testemunha capaz sujeita a exame, e seu testemunho não deve ser presumido inválido ou não confiável em razão única da idade da criança, desde que a sua idade e maturidade permita a prestação de testemunho inteligível e crível, com ou sem auxílio à comunicação e outras formas de assistência. (BRASIL, Resolução nº 20, 2005, grifo nosso).

A todo o momento devem ser abordadas de maneira cuidadosa por profissionais capacitados, respeitados suas condições particulares para não causar algum tipo de constrangimento ou dano, a fim de assegurar sua integridade emocional e com uma linguagem de fácil compreensão.

10. As crianças vítimas ou testemunhas devem ser tratadas de forma cuidadosa e sensível durante todo o processo de justiça, tendo em conta a sua situação pessoal e as necessidades imediatas, idade, sexo, deficiência e grau de maturidade e respeitando integralmente a sua integridade física, mental e moral.

11. Toda criança deve ser tratada como um indivíduo com suas necessidades, desejos e sentimentos individuais.

12. As interferências na vida privada da criança devem ser limitadas ao mínimo necessário, ao mesmo tempo em que são mantidos altos padrões de coleta de evidências para assegurar resultados justos e equitativos do processo de justiça.

13. A fim de evitar mais dificuldades para a criança, entrevistas, exames e outras formas de investigação devem ser conduzidos por profissionais treinados que por sua vez deverão proceder de forma sensível, respeitosa e completa.

14. Todas as interações descritas nestas Diretrizes devem ser conduzidas de maneira sensível à criança, em um ambiente adequado que acomode as necessidades especiais da criança, de acordo com suas habilidades, idade, maturidade intelectual e condição de desenvolvimento. Eles também devem ter lugar em uma língua que a criança usa e entende. (BRASIL, Resolução nº 20, 2005).

No mesmo sentido, aduz o Decreto nº 99.710 de 1990, que aprovou a Convenção sobre os Direitos da Criança, ao enunciar em seu art. 3º, que todas as ações relativas a crianças levadas a efeito, devem estabelecer como primordial, seu interesse, além de ser posta sobre proteção e cuidar seu bem-estar para seu crescimento saudável como pessoa.

Por sua vez, integram-se, também, ao processo de inquirição as seguintes questões concernentes às crianças, que devem ser ponderadas para a tomada de perguntas:

Artigo 12

1. Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se

devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.

2. Com tal propósito, se proporcionará à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer diretamente quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional. (BRASIL, Decreto nº 99.710 de 1990, art.12).

Notadamente e segundo a ignorância de muitos, não é dada confiança às palavras das crianças, ainda mais quando se trata do seu depoimento em um processo judicial, pois pode ocorrer de “inventar coisas que nunca existiram”, devido sua grande capacidade imaginária. O que assegura o item 1, do artigo 12, da citada convenção é o arbítrio para realizarem o próprio juízo e expressarem sua opinião acerca de algum fato, por exemplo, desconstruindo totalmente o que os ignorantes pensam.

Conforme visto anteriormente na resolução nº 20 de 2005, faz-se necessário reportar que toda criança, ainda que na posição testemunha/vítima, deve ser tratada como pessoa capaz e seu testemunho não deve ser havido como inválido, ou tampouco confiável em razão de sua idade ou grau de maturidade.

E, em razão dos argumentos apresentados, a palavra da criança no processo judicial ou administrativo tem de ser tomada de maneira individual, sem que haja interferências externas e, assim, comprometam o que se tem a dizer. Ainda, precisa ser realizado diretamente ou por meio de pessoa capacitada para fazê-lo, conforme as regras processuais e demais legislações do ordenamento jurídico brasileiro.

No mesmo intuito, o de proteção, a Convenção sobre os Direitos das Crianças estipula que os Estados Partes devem adotar as medidas cabíveis (legislativas, sociais e educacionais), a fim de que proteja a criança de todas as formas de sujeição a agressões de ordem física ou mental, abuso ou tratamento negligente, dos maus tratos ou exploração, como também ao abuso sexual, que estejam sob tutela dos pais, algum representante legal ou de outra pessoa na condição de responsável.(DL nº 99.710, 1990, art.19).

A respectiva tutela direciona o Estado à criação de procedimentos e programas os quais busquem o cuidado e proteção das crianças. Inclui nos procedimentos que devem ser adotados, a notificação, identificação, investigação, tratamento, acompanhamento dos casos relacionados a maus tratos para seguir com a intervenção judiciária, (DL nº 99.710, 1990, art.20).

4.2 Do depoimento sem danos à luz do Projeto de Lei 4.126/2004

É possível, como já foi apresentado, inquirir as vítimas de abuso sexual de maneira menos agressiva e sem danos. Para isso, hoje, conforme a produção da lei nº 13.431, de 2017, contamos com a escuta especializada para realização do depoimento de maneira especial.

Isso se deve ao fato de que a inquirição tradicional não seria a maneira mais adequada para que crianças e adolescentes prestassem seu depoimento. Assim como os outros critérios já apresentados, de início, o projeto de lei nº 4.126/2004 determinou o modelo de inquirição com a finalidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), com base no projeto *Depoimento Sem Dano*, uma vez que o projeto teve por objetivo evitar a vitimização secundária – item 3.4 - da criança e do adolescente quanto à lembrança dos fatos nas diversas vezes que tinham que prestar depoimento.

O mencionado projeto, de autoria do juiz de Direito José Antônio Dalton Cezar, desenvolveu um meio para que a oitiva de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual fossem realizadas de maneira mais tranquila, retirando-as do formalismo das salas de audiência.

Dessa forma, o depoimento era prestado através de um profissional especializado - como psicólogo, psiquiatra, assistente social - capaz de empregar perguntas propícias e adequadas, em uma separada com equipamentos de imagem e som para gravar a oitiva.

Quando do início do projeto em maio de 2003, a tecnologia inicialmente utilizada era bastante singela – note-se que neste momento o projeto não era institucional, mas uma experiência individual da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre – constituindo-se de uma câmera de segurança, computador, microfones, placa de captura de imagem e som, bem como suas respectivas instalações. (CEZAR, José Antônio Daltoé, Juiz de Direito – 2ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre – 2008).

O custo com os equipamentos gastos para a experiência da montagem da sala do *Depoimento sem Dano* ficou em torno de quatro mil reais, dividido entre o autor do projeto e um promotor, e outros recursos foram oriundos da Vara de Direção do Foro, com autorização do seu respectivo diretor.

A primeira experiência de audiência com o novo recurso foi realizada em 06 de maio de 2003, que tratou de um processo tramitado na 2ª Vara da Infância e

Juventude de Porto Alegre. A inquirição foi dirigida pela técnica Dra. Márcia Rublescki, psicóloga judiciária serventuária no Juizado da Infância e Juventude do mesmo local.

Conforme apresenta o projeto aqui discutido (Projeto Depoimento sem Dano, Direito ao Desenvolvimento Sexual Saudável, de 2008),

Na ocasião, na qual também estavam presentes a Dra. Veleda Dobke, autora da obra *Abuso Sexual : A inquirição das Crianças*, uma abordagem interdisciplinar (Porto Alegre, Ricardo Lens Editor, 2001), e a Dra. Sônia Biehler da Rosa, magistrada aposentada - RS, psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, percebeu-se imediatamente não só a conveniência de tal forma de inquirição, tamanha a tranquilidade da vítima apresentada antes, durante a após o seu depoimento, como também a necessidade de aperfeiçoar-se a tecnologia utilizada no projeto, tendo em vista a precariedade das imagens e do som que se fizeram presentes durante a gravação.

Podemos perceber o quanto foi apropriado a nova forma de inquirição da vítima e da testemunha na época, devido a peculiaridade estabelecida para indagar sobre os pontos relativos ao processo de abuso sexual, os quais permitiram manterem-se tranquilas durante sua realização, sem causar nenhuma perturbação a seu estado psíquico. A nova forma de oitiva só se fez olvidar quanto a qualidade das imagens e sons captados, pois averiguou a necessidade de mais investimento e aprimorar a dita sala.

4.3 Do depoimento especial conforme a Lei nº 13.431/17

A Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, constitui uma das mais recentes legislações destinadas a coibir a violência contra crianças e adolescentes. Na verdade, somam às normas já existentes, instituindo mecanismos mais eficazes para atuação do Poder Público.

O abuso sexual intrafamiliar acarreta relevantes consequências para a vida da criança e do adolescente, indo além da execução do crime em si, pois os traumas podem alcançar a vida adulta do abusado chegando a interferir em seu meio social, devido ao fato dos danos se arrastarem ao longo da vida.

Conforme o que consta no art. 1º da Lei 13.431/17, ela se destina a:

Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria

mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Em relação às condutas criminosas, o referido diploma legal estabelece como formas de violência: a física, a psicológica, a sexual e a institucional. Todavia, como a mais relevante para o estudo do trabalho, iremos tratar de maneira específica à violência sexual.

Segundo o art. 4º, inciso III, da Lei nº 13.431, de 2017, a violência sexual é entendida como qualquer conduta que constrange a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar a conjunção carnal, ou qualquer ato libidinoso. Abrange, também, a exposição do corpo por meio de foto, ou vídeo através de recurso eletrônico ou não, que seja para fins de:

- a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;
- b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;
- c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação. (BRASIL, 2017).

Ante os transtornos causados pelas violações, encontra-se devidamente justificado a proteção à vítima e a testemunha, devido ao esquecimento e o bloqueio para dizer os detalhes dos fatos, causado como consequência do trauma a que foi submetido. Assim como outros critérios devem ser adotados, o depoimento especial é essencial para o crescimento saudável dos infanto-juvenis e para minimizar o sofrimento.

Quanto ao procedimento da escuta especializada e do depoimento especial tratado a partir do art. 7º – *Título III* -, a escuta especializada consiste na entrevista realizada acerca da violência sofrida pela criança e pelo adolescente, feito por um

órgão competente da rede de proteção, que se limita a tomar o depoimento das vítimas sobre o estritamente necessário para atingir seu fim. Em relação ao depoimento especial, é o procedimento usado para a oitiva dessas pessoas, no papel de vítima ou testemunha, prestada perante a autoridade policial ou judiciária.

Segundo a lei, para que o depoimento seja prestado pela criança e o adolescente, o local em que deve ser tomado é especialmente planejado para esse fim. Elas ficam resguardadas de qualquer contato visual com o acusado das violações, ou de outra pessoa que a figure represente alguma ameaça, coação ou constrangimento para as mesmas.

Além do mais, o local determinado (art. 10) consiste em um lugar apropriado e acolhedor, em que a infraestrutura e o espaço físico garantam privacidade e resguarde de qualquer violação. Como regra para a tomada do depoimento especial, é necessário que siga o protocolo estipulado pela lei, devendo ser realizado de uma só vez, por tratar de produção de prova antecipada judicial e não revitimizar a criança e/ou adolescente, garantindo, assim, também, a ampla defesa do investigado.

Em razão disso, o rito cautelar de antecipação de prova será seguido quando a criança tiver menos de sete anos, e em caso de violência sexual. Sobre a possibilidade de nova tomada do depoimento, é determinado que somente ocorra em caso justificado e imprescindível pela autoridade competente e desde haja concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.

Sobre a sala destinada ao depoimento, deve contar com um ambiente apropriado dirigido por profissionais capacitados para fazer perguntas adequadas à criança ou adolescente de forma menos agressiva e com linguagem de fácil compreensão, a fim de que a criança fique à vontade para contar os fatos ocorridos.

Outro aspecto aduz o art. 12 da citada lei, que o depoimento especial deve ser colhido respeitando os seguintes procedimentos: os profissionais devem explicar sobre o depoimento especial, informando seus direitos e os procedimentos que vão ser adotados como sua participação, não sendo permitida a leitura da denúncia ou de outras peças processuais.

Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:

I - Os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e

os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;

II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;

III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;

IV - Findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;

V - O profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;

VI - O depoimento especial será gravado em áudio e vídeo. (BRASIL, Lei 13.431 de 2017, art.12).

Ainda, consta o procedimento previsto na lei, que a vítima pode realizar sua narrativa de forma livre sobre a violência sofrida e se necessário cabe à intervenção técnica do profissional como forma de auxiliar na elucidação dos fatos; em curso do processo judicial, o depoimento prestado será transmitido em tempo real para sala de audiência em que estará o juiz, o promotor, o defensor e os assistentes técnicos - , sendo preservado o sigilo da conversa, uma vez que o ambiente que prestado o depoimento é equipado com câmeras de áudio e vídeo.

A norma ainda prevê a garantia da vítima e da testemunha de violência como peças fundamentais para o processo, de que prestem depoimento diretamente ao juiz, se assim o mesmo entender. Ainda, caso o acusado esteja na sala de audiência e verifique que sua presença possa colocar em risco o depoente, é autorizado seu afastamento e deve ser constado em termo. No mais, o depoimento deve contar com a garantia de proteção da vítima e da testemunha e mantê-las a salvo de qualquer ameaça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado permite expor a relevância sobre a qual o tema deve ser tratado, uma vez que a sociedade, muitas vezes, fecha os olhos para a negligência a que crianças e adolescentes são submetidos pelo fato do “problema” estar ao nosso lado, mas não é dado importância e não se procura oferecer ajuda para que alguma medida seja tomada.

Vislumbramos que o problema mora na sociedade sem marco temporal específico, visto que os referidos crimes acontecem desde a antiguidade e se estende à contemporaneidade. A Suprema Carta estabelece como dever de todos

cuidar das crianças e dos adolescentes por se tratar de sujeitos em formação e estarem mais facilmente submetidos a qualquer tipo de violação de seus direitos, como também devido à sua característica vulnerável. Todavia, compreendemos que por bastante tempo, a atenção devida não foi dada.

Consoante o processo penal adotado de forma geral para a oitiva de vítimas de crimes sexuais, observamos a exposição na qual as vítimas estão submetidas, além dos danos psicológicos que as deixam ainda mais fragilizadas diante do violentador. Em razão disso, notamos o quanto as medidas processuais torturavam esses jovens em formação, ao passo que um adulto já se sente perturbado em contar os fatos, considerando sua maturidade psicológica, é ignorância é deixar de considerar o quanto foi agressivo o sistema processual penal brasileiro sujeitar uma criança ou adolescente às mesmas condições.

A despeito desse fato, vimos que a “tortura” acontecia, em um primeiro momento, ao comunicar o fato à polícia administrativa, e logo depois essas crianças/adolescentes seriam submetidas ao conselho tutelar para tomar algumas medidas, e daí se desenrolava todo o transtorno, com a fase de investigação e logo depois à judiciária.

Notamos, com o decorrer da pesquisa, que foram os acontecimentos vivenciados nas esferas administrativa e judiciária que levou um nobre juiz - diga-se se passagem, por sua delicadeza ao observar os danos que inquirir várias vezes acerca do mesmo fato trazia às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual – ao criar o projeto Depoimento sem Dano, e elaborar um ambiente propício para inquirir crianças e adolescentes de um modo especial e de forma que não os constrangeriam ainda mais.

Faz-se necessário considerar aqui, que o legislativo adormeceu por um bom tempo para tomar alguma medida que assegurasse aos infanto-juvenis direitos imprescindíveis para sua escuta quando vítimas de abuso sexual. Conforme foi demonstrado, o projeto do juiz em Porto Alegre foi concretizado no ano de 2004 e, somente em 2017 o legislativo brasileiro publicou uma produção que assegurasse a não violação trazida ao longo dos anos.

O advento da lei nº 13.431 permitiu que o depoimento judicial minimizasse os danos causados na vítima, além de propiciar uma prova mais segura por estar gravada e assim ser revista quantas vezes mais precisasse para averiguar algum ponto que tenha dúvida sem que precise fazer a mesma pergunta à vítima.

É certo que há um longo caminho a percorrer em busca da defesa e concretização dos direitos de crianças e adolescente vítimas de abuso sexual, como também outros direitos que ainda precisam ser alcançados. No entanto, podemos dizer que um primeiro passo foi dado com o depoimento especial, e o esperado é que os avanços não parem por aqui.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 24. ed. São Paulo: Saraiva. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção Sobre os Direitos das Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>. Acesso em: 1 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 20/2005 - ECOSOC**. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-2039.html>>. Acesso em: 09 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Normas e princípios das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal**. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Crianças e adolescentes: balanço do Disque 100 aponta mais de 76 mil vítimas**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/junho/criancas-e-adolescentes-balanco-do-disque-100-aponta-mais-de-76-mil-vitimas>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - **Participação de criança como testemunha em processo criminal**. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/depoimento_especial/nota_conanda_de_poimento_sem_danos_2008.pdf. Acesso em: 09 mai. 2019.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial - 4. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CEZAR, José Antônio Daltoé. **Projeto Depoimento sem Dano**. Direito ao desenvolvimento sexual saudável. XXI Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores. Porto Alegre. Disponível em: https://www.amb.com.br/docs/noticias/2008/projeto_DSD.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

DACZKOVSKI, Carlos Eduardo Sampaio. **Inquirição, pelo poder judiciário, da criança vítima de violência sexual**. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44035/inquiricao-pelo-poder-judiciario-da-crianca-vitima-de-violencia-sexual>. Acesso em: 03 mai. 2019.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GRECO, Rogério. **Código penal comentado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social. **Diretrizes para a justiça em assuntos envolvendo crianças vítimas ou testemunhas de crimes**. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/onu/resolucao_20_2005_ecosoc_onu_port.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS aborda consequências da violência sexual para saúde das mulheres**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres/>. Acesso em: 02 jul. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Correição Parcial: COR 70081395303 RS**. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/724254289/correicao-parcial-cor-70081395303-rs?ref=serp>. Acesso em: 09 mai. 2019.

SILVA, Bárbara Silvana Cezar Silveira da. **A importância do depoimento especial como método eficaz de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174673/001061531.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jun. 2019.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 11. ed. Salvador: JusPodivum, 2016.